

Redes de Desenvolvimento da Maré / Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes
Equipe Peritech Maré

Eliminação do Trabalho Infantil - desafios para estudantes na
Maré

Rio de Janeiro/RJ

2021

Artur Castro de Almeida, Camille Soares Silva Figueiredo, José Rodrigo Araújo Leão, Judy Beatriz Faria dos Santos, Lucas Ribeiro dos Santos, Mariane Macario de Azevedo, Mylena Nascimento Alves, Nathanael Damasio da Silva Rangel Coelho e Sabrina Souza de Andrade

Eliminação do Trabalho Infantil - desafios para estudantes na Maré

Trabalho submetido ao Torneio Brasil de Robótica como requisito parcial à avaliação no quesito Mérito Científico.

Mentor: Ana Helena Mendes e Senna

Técnico: Inês Cristina Di Mare Salles

Rio de Janeiro/RJ

2021

Agradecimentos

Prezada Equipe do TBR,

Nós, a Equipe Peritech Maré, temos muito a agradecer a muita gente! Dentre tantas demonstrações de gratidão, podemos evidenciar algumas que, neste ano, foram fundamentais para que estivéssemos aqui e agora:

- Ao incansável apoio, cuidado e respeito do Alexandre e da Débora, representantes da empresa TBR Rio de Janeiro, por em nenhum momento terem duvidado da nossa potência;
- A todo suporte do British Council em nos envolver no Programa Girls in Stem, para que tenhamos condições de nos comprometer com a equidade de gênero nas áreas STEM;
- Ao Projeto Nas Ondas pelo curso de informática concedido à equipe;
- À Duília de Mello, astrônoma da NASA, pelas suas generosas horas de conversas sobre seu percurso profissional e pelo seu lugar de mulher como cientista;
- À Nina da Hora, cientista da computação, pela sua disponibilidade em nos apoiar com seus conhecimentos e suas experiências de vida, que, inclusive, foi eleita pela instituição Women in all Ethics como uma das 100 mulheres do mundo que mais contribuem para a área de ética em Inteligência Artificial.

Como já é de conhecimento de todos pelos meios de comunicação de massa, nesse caminho para o segundo ano de pandemia, nós, população da Maré, continuamos a vivenciar o deficiente sinal de internet e a falta de condições de obter um pacote de dados que nos possibilite uma conexão adequada para participarmos de todos os compromissos sociais.

Conforme sempre é esperado e até mesmo exigido dessa população injustiçada, nós nos superamos mais uma vez diante de todas as contínuas e perversas adversidades sem perdermos a nossa essência infantil, cuja principal característica é a capacidade de sonhar e de não desistir dos nossos sonhos.

Na letra da música “A CRIANÇA QUE EU FUI UM DIA”, da banda Reverb Poesia,

agradecemos às nossas crianças que ainda gritam em nós e de quem nós não queremos perder de vista, pois é esse distanciamento que nos separa de nossos sonhos e que nos faz nos esquecermos de nós mesmos. Por isso, nós, a Peritech Maré, lutamos contra o trabalho infantil, para não enterrarmos as nossas essências de criança!

Se a criança que você foi um dia viesse te visitar, será que ela se reconheceria?

A criança que eu fui um dia hoje veio me visitar / Mas não se encontrou em mim / Mas não se reconheceu / A criança que eu fui um dia hoje veio me visitar / Em qual mentira por aí / Que a gente se perdeu? // Desaprendeu a sorrir, foi? / Desaprendeu a sorrir, é? / Quem te ensinou a desistir / Quem te ensinou a desistir de ser o que você quiser? / De ser o que você quiser // A criança que eu fui um dia mora / Dentro desse adulto que eu me tornei / Na mesma gaveta onde eu guardo os / Para de sonhar, leva a vida a sério // E ela representa tudo o que eu quis ser um dia / Mas, parei de sonhar e levei a vida a sério / Exatamente como me disseram pra fazer / Mas ao contrário de mim, ela nunca desiste / Ela insiste em me fazer sorrir // Essa criança não marcou hora / Na minha agenda lotada de desculpas / Não pediu licença / Ela simplesmente abriu a porta e veio me visitar // E como quem fala / Ei, você não tá mais de castigo / Ela me olhou e disse a coisa mais séria que eu já ouvi / Você quer brincar comigo? // Desaprendeu a sorrir, foi? / Desaprendeu a sorrir, é? / Quem te ensinou a desistir / Quem te ensinou a desistir de ser o que você quiser? // Desaprendeu a sorrir, foi? / Desaprendeu a sorrir, é? / Quem te ensinou a desistir / Quem te ensinou a desistir de ser o que você quiser? / De ser o que você quiser

Fazemos questão que todos vocês ouçam a música, se lembrem de si mesmos e resgatem suas crianças: <https://www.youtube.com/watch?v=FaW8-qmlCoI>

Muito gratos por nos possibilitar continuar a acreditar que sonhos se realizam!

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o conceito de trabalho Infantil e suas consequências sociais, desenvolvendo uma reflexão crítica e sensível com a equipe pesquisadora Peritech Maré. Ao se aproximar da temática, a equipe escolheu compreender o problema nas realidades de favelas e periferias, além de descobrir a perspectiva dos direitos humanos e formas criativas, inovadoras e rápidas que contribuam para erradicar e combater o trabalho infantil. Através deste estudo a equipe tomou consciência de que havia estudantes em situação de trabalho infantil na própria equipe, o que motivou o grupo a pesquisar a questão a partir da metodologia de estudo de caso. Foram coletados dados sobre a situação de cada estudante e suas histórias de vida, percebendo o impacto da política escravocrata e do racismo estrutural para a manutenção desta situação em todas as gerações das famílias pesquisadas. Do mesmo modo, desenvolveram práticas cooperativas entre si, descobriram as orientações e as políticas públicas voltadas para erradicação do trabalho infantil e estabeleceram contatos com uma rede de apoio social que está permitindo ao grupo receber suportes e criar alternativas de geração de renda em seus projetos de vida. Este processo de estudo se tornou uma ferramenta viva para a equipe realizar um contato com o campo da ciência de forma significativa.

Palavras-chave: Trabalho infantil, Consciência, Rede de apoio social

Abstract

This research aims to analyze the concept of child labor and its social consequences, developing a critical and sensitive reflection with the research team Peritech Maré. By approaching the topic, the team chose to understand the problem in the realities of favelas and suburbs, in addition to discovering the perspective of human rights and creative, innovative and quick ways to contribute to eradicating and combating child labor. Through this study, the team became aware that there were students in a situation of child labor in the team itself, which motivated the group to research the issue using the case study methodology. Data were collected on the situation of each student and their life histories, realizing the impact of slavery policy and structural racism in maintaining this situation in all generations of the families surveyed. Likewise, they developed cooperative practices among themselves, discovered guidelines and public policies aimed at eradicating child labor, and established contacts with a social support network that is allowing the group to receive support and create alternatives to generate income in their projects. life. This study process became a living tool for the team to make a significant contact with the field of science.

Keywords: Child labor, Awareness, Social Support Network.

Sumário

Introdução	07
Definição do Problema	11
Definição das Hipóteses	15
Objetivos Gerais e Específicos	16
Justificativa.....	17
Referencial Teórico	22
Metodologia	33
Conclusão	41
Bibliografia	46
Anexo.....	51

1- Introdução

A Peritech Maré surgiu em 2019 no Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes quando recebeu a proposta de realizar oficina de robótica para participar do First Lego League (FLL) 2019/20. A equipe foi formada, mesmo nenhum participante jamais ter tido acesso ao material da Lego ou trabalhado com a robótica em qualquer nível de Olimpíada. Foi um desafio inimaginável, exigindo que a equipe se encontrasse nas férias, buscasse apoio de outras equipes e superasse adversidades como interrupções de aulas por tiroteios e até a necessidade de conjugar estudo e trabalho nas férias. Foi muito compromisso e dedicação, inúmeras dificuldades por vários motivos e essa foi considerada por todos os membros uma oportunidade de ouro em suas vidas.

Com os bons resultados na FLL, a equipe foi convidada a participar do Torneio Brasil de Robótica - TBR 2020. Novamente, enfrentou os desafios que já existiam e, os novos, impostos pela pandemia da Covid-19, como por exemplo, estudar todas as matérias do 2º ano por texto pelo celular; a convivência com as operações policiais com confrontos armados e a perda de renda das famílias provocando muitas tensões domésticas.

Apesar de todas as contrariedades enfrentadas para manter os estudos na modalidade remota, a participação da Peritech Maré alcançou uma boa classificação nas etapas regional e nacional, conquistando o primeiro lugar na categoria High de Organização e Método. Os resultados trouxeram benefícios para toda a equipe e para o Colégio, inclusive, em 2021 estão ocorrendo investimentos na área de tecnologia na escola.

O Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes é a única escola técnica situada em uma favela no estado do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2018, e ainda não está plenamente mobiliado, conectado à internet e com laboratórios montados, ou seja, encontra-se sem todas as condições de funcionamento. Em 2021, a instabilidade de retorno das aulas presenciais vem trazendo esgotamento com as exigências do ensino

remoto, especialmente para os adolescentes, pois provoca sentimentos de insegurança e ansiedade nos estudantes.

Toda a comunidade vem buscando recursos para poder se apoiar, mas diante do agravamento da crise econômica, encontram-se muitos estudantes de famílias que estão vivendo perda de trabalho e renda. Em vista disso, há um grupo que desistiu dos estudos e está experimentando o mundo do trabalho antes do que esperavam e em condições que não respeitam as legislações para esta faixa etária, caracterizando trabalho infantil.

Neste período, a Redes da Maré conseguiu dois apoios, sendo um o edital do British Council, no Programa Girls in Stem, com foco na aproximação de meninas para as áreas das ciências, o que mobilizou a equipe a convidar mais participantes meninas e, assim, a equipe de 2021 tem 5 meninas participando, além disso foi possível acessar recursos para a aquisição de novas camisetas para a equipe e a compra de um minikit de robótica para que cada componente siga praticando e impactando outros estudantes à sua volta. O outro suporte foi iniciado em junho, uma parceria de curso de informática *Nas Ondas da Maré* com empréstimo de equipamentos e ajuda de custo para internet. Neste curso, a maioria dos participantes está aprendendo a usar um computador, pois até então só tinham acesso ao celular. O curso ainda está no início, mas já começou a facilitar a participação dos estudantes no torneio e em várias atividades escolares, além de apoiar as perspectivas de continuidade dos estudos e de ativação em outros níveis da rede de apoio social.

Assim, 2021 inicia com muitos desafios impostos pela crise sanitária, humanitária e econômica advinda da pandemia da Covid-19 para a população brasileira e, em especial, para as pessoas que já vivem em situação de pobreza. Muitos problemas se agravaram e isso se expressa bem em relação ao aumento do trabalho infantil e evasão escolar como será mostrado no estudo. Este contexto mobilizou a equipe para a temática da pesquisa do TBR 2021.

Muitas perguntas surgiram e estas foram fundamentais para ajudar a pensar a pesquisa, bem como a reflexão sobre a crise mundial, o papel social das Nações Unidas, a avaliação sobre as pesquisas relativas ao trabalho com informações chocantes da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), que em 2016 declarou a gravidade do problema, onde 152 milhões de crianças com idades entre 5 e 17 anos já estavam trabalhando e, aproximadamente metade, 73 milhões realizavam trabalhos perigosos. De acordo com o relatório *Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward* (Trabalho infantil: *Estimativas globais de 2020, tendências e o caminho a seguir – disponível somente em inglês*) que foi divulgado às vésperas do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, em 12 de junho, mostra que está havendo uma diminuição das políticas que vinham alcançando quedas nestes números. Entre 2016 e 2020 houve um aumento de mais de 8 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e, com os efeitos da pandemia da Covid-19, há perspectiva de um aumento extra de quase 9 milhões ingressando nesta condição até 2022. Um alerta importante que enfatiza as ações que serão implementadas durante todo este ano internacional, convocando os países membros e entidades a pensar os caminhos de superação a serem seguidos frente a crise atual.

A equipe apurou toda definição do problema, o que é considerado trabalho infantil na legislação, as políticas públicas para a erradicação do mesmo, as questões brasileiras e, também, alguns impactos na favela da Maré a partir de pesquisas que foram realizadas pelo Fundo Malala, pelo Censo Maré e pelos dados do UNICEF.

Com o desenvolvimento da pesquisa, o grupo foi percebendo que o problema existia dentro da equipe, dois participantes já estavam trabalhando e apresentando dificuldades de conciliar os estudos, um outro começou a trabalhar, as meninas apresentando dificuldades de conjugar os estudos com o trabalho doméstico e algum apoio em atividades remuneradas com as famílias. Todas estas situações parecem impactar a saúde física e mental, surgindo mais situações de adoecimento e ansiedade na equipe. Estas questões também foram encaminhadas para rede de apoio e, novamente, desafios para o atendimento foram vivenciados e, aos poucos, a equipe está aprendendo a se amparar também nestes níveis. Com a pesquisa começaram a conhecer a história de vida das famílias e descobriram que estavam lidando com este problema em suas próprias vidas há várias gerações.

A pesquisa trouxe muitas descobertas, possibilidades para enfrentar as questões que estão vivenciando e proporcionou novas aprendizagens sobre como lidar com os desafios que

estavam impelindo os participantes para a interrupção dos estudos e para a aceitação de trabalhos em situação análoga ao trabalho escravo. Alguns se sentiram inseguros em relação às possibilidades de continuidade dos estudos, pois as famílias precisam de ajuda imediata, mas descobriram atores das redes de apoio a que nunca tinham tido acesso para lhes auxiliar e tentar manter seus projetos de vida nutridos. Enfim, desafios de estudantes, filhos da classe trabalhadora, moradores de favela e periferia das cidades com altos índices de desigualdade social.

2- Definição do Problema a ser abordado

Conforme a pesquisa apresentada, o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões em todo o mundo em 2020 e tem chances de ter um aumento significativo até 2022, especialmente em trabalhos perigosos caracterizados como trabalho que pode prejudicar sua saúde, segurança ou moral, colocando em risco uma nova geração. Nas palavras do diretor-geral da OIT, Guy Ryder:

“A proteção social inclusiva permite que as famílias mantenham suas crianças e seus adolescentes na escola, mesmo em casos de dificuldades econômicas. É essencial aumentar o investimento no desenvolvimento rural e no trabalho digno na agricultura. Estamos em um momento crucial e muito depende de como respondemos. Este é um momento para compromisso e energia renovados, para reverter a situação e quebrar o ciclo da pobreza e do trabalho infantil”.

A pesquisa adverte que os problemas econômicos adicionais, as dificuldades de funcionamento escolar provocados pela pandemia podem indicar que crianças e adolescentes que já estavam em situação de trabalho infantil “podem estar trabalhando mais horas ou em piores condições, enquanto muitos mais podem ser forçados às piores formas de trabalho infantil devido à perda de renda entre famílias vulneráveis”.

No Brasil, os dados da Pnad Contínua 2019 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019) se aproximam aos do relatório do Unicef e também chamam atenção: 1,758 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil antes da pandemia. Desses, 706 mil vivenciavam as piores formas de trabalho infantil. Do total em trabalho infantil no Brasil em 2019, 66,1% eram pretos ou pardos.

A partir destas indicações é necessário compreender a situação dos pretos e pardos do Brasil e as desigualdades étnico-raciais mostradas nos estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Destaca-se que a partir de 2016, a população que se autodeclarou preta e parda superou a população autodeclarada branca, tendo como montante populacional

205,5 milhões de pessoas, onde os brancos totalizaram 90,9 milhões e os pardos e pretos chegaram a 95,9 milhões.

As condições de vida da população parda e preta tem todos os índices da pesquisa do IBGE no que se refere a mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política, que estão abaixo dos da população branca. Chama atenção que a população preta e parda está em maior proporção abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços, ou seja, nas periferias e favelas das cidades. Uma das primeiras perguntas que surgiram na equipe corresponde a como este processo histórico social ocorreu, e, a partir daí, outras buscas se manifestaram sobre como se define o trabalho infantil em um país com um pouco mais de 500 anos de história, dos quais em seus primeiros 300 anos construiu suas riquezas a partir do trabalho escravizado de adultos, idosos e crianças indígenas e pretas.

A percepção de que há uma construção histórica impactando esta realidade no Brasil e na formação de favelas exigiu uma maior compreensão do fenômeno. A equipe entendeu que são apenas 133 anos de convivência social depois de uma lei que extinguiu a escravidão, mas que não ofereceu outras possibilidades de vida digna para estas populações.

Os pretos foram proibidos de ir à escola, de ter propriedades, se estivessem andando pelas ruas poderiam ser presos pela Lei de Vadiagem, ou seja, uma estratégia de deixá-los à própria sorte e à morte. Só lhes restaram os cortiços, as favelas e as periferias da cidade. A favela tem cor, tem classe social e é uma das heranças da nossa história escravocrata e racista.

Sem trabalho e impedidos de frequentar escolas, os negros viram também suas manifestações culturais e civis criminalizadas por toda a primeira metade do século 20. Em 1942, o movimento é cristalizado pela Lei da Vadiagem, que punia quem estivesse "habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegure meios bastantes de subsistência, ou de prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita". Um dos seus efeitos foi perseguir sambistas.

O termo "vadio", no entanto, já estava presente no Código Penal de 1890, que proibia "exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem".

Só em 1988, um século depois da abolição inconclusa, o racismo foi criminalizado no Brasil, em 2001 com a Conferência de Durban são reconhecidas as políticas afirmativas de direitos, na medida que estes governos escravocratas têm uma dívida social com esta população e precisam reparar as injustiças.

Em 2003 se aprova uma lei para estudar as heranças indígena e africana nas escolas brasileiras, o que ainda é um processo inicial. Em 2009 se conquista a primeira política de saúde da população Negra e sua implementação continua sendo negligenciada. Em 2010 se conquista o Estatuto da Igualdade Racial e em 2012 a política afirmativa de cotas nas universidades é iniciada.

Passada uma década desta última legislação ainda temos questionamentos se é justo ou injusto criar condições de apoio para a população preta e pobre do Brasil. Em 2020 a movimentação internacional antirracista foi intensa em todas as partes do mundo e foi o assassinato de homem negro Geoge Floyd, por um policial branco que deflagrou os movimentos e pela primeira vez no mundo uma corte promulga uma sentença declarando que a causa da morte foi racismo estrutural.

Muitos de nós crescemos ouvindo expressões do tipo: “trabalhar é melhor do que ficar sem fazer nada”; “o trabalho dignifica o homem”; “trabalhar não mata”. Entretanto, são frases muito usadas em conversas que se referem às pessoas da classe média baixa e às pessoas em situação de pobreza. Dificilmente se falam estas coisas para as famílias ou crianças ricas na sociedade. Essa situação mostra que no Brasil o trabalho só é valorizado para uma parte da população e que nosso povo se desenvolveu vendo crianças trabalharem na agropecuária e mineração com os adultos da família, engraxando sapatos em lugares abastados, vendendo objetos pelas ruas, embalando compras em supermercados.

Será que nosso povo compreende e tem sensibilidade para se organizar pela eliminação do trabalho infantil? Será que pensamos que a criança ou adolescente que trabalha, que sente o peso da responsabilidade financeira de sustentar a família ou de dar conta de todas as tarefas da casa terá o mesmo aproveitamento que outro que tem uma vida mais equilibrada e pode se

concentrar mais? O quanto nossa cultura e governos valorizam os direitos das crianças e adolescentes em nosso país? Agora com os problemas da pandemia o que se viu foram cortes de verbas para educação e muita lentidão para os benefícios sociais terem um valor adequado e serem liberados. Inclusive, diante das Olimpíadas de Tóquio 2020, ocorridas entre 23 de julho e 8 de agosto de 2021, por causa da pandemia de Covid-19, um deputado propôs a revisão do ECA, a fim de permitir o trabalho infantil. Ele justificou a sua defesa pelo trabalho infantil usando a skatista Rayssa Leal, medalhista nos jogos olímpicos.

“As crianças brasileiras de 13 anos não podem trabalhar, mas a skatista Rayssa Leal ganhou a medalha de prata nas Olimpíadas... Ué! É pra pensar... Parabéns a nossa medalhista olímpica! E revisão o Estatuto da Criança e Adolescente já!” (Jornal Folha de São Paulo em 26/07/2021)

A partir destas reflexões sobre escravidão, racismo, favela, trabalho infantil e as próprias experiências de vida frente aos desafios nestes anos da pandemia, a equipe fez contato com questões de suas próprias histórias de vida: como estão lidando com o trabalho doméstico, o infantil, os projetos de vida e as experiências de seus familiares. A pesquisa despertou uma reflexão sobre a história familiar de cada participante e as relações disso com o passado histórico e as perspectivas de transformação para o futuro de cada um e da coletividade.

Deste modo, foi construído o objeto de estudo para este torneio: entender e valorizar os saberes e experiências dos estudantes da equipe e de seus familiares moradores de favelas no enfrentamento ao trabalho infantil em suas vidas. Como percebem o problema do trabalho infantil, como essa realidade apareceu em suas histórias de vida, os desafios e as alternativas para lutar pelos seus sonhos.

3- Definição das Hipóteses

1- A compreensão das noções básicas sobre o fenômeno de formação histórica do trabalho infantil e das orientações para eliminação do mesmo que auxiliam a manutenção de escolarização de adolescentes da Maré frente aos desafios socioeconômicos agravados pela pandemia da Covid-19.

2- A participação em projetos pedagógicos cooperativos de interesse dos estudantes possibilita o seguimento do processo educacional sem interrupção, fortalece o reconhecimento das próprias habilidades, da consciência da igualdade de gênero e do respeito à diversidade, que são experiências fundamentais para projetos empreendedores, sustentáveis e inovadores.

4 - Objetivos Gerais e Específicos

Objetivo Geral:

Compreender as múltiplas causas do fenômeno do trabalho infantil, bem como as orientações e políticas públicas que promovem sua eliminação.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre a eliminação do trabalho infantil no contexto de vida de cada participante da equipe antes da pandemia e seus impactos durante a mesma.
- Pesquisar e experimentar as alternativas propostas pelas legislações para a eliminação do trabalho infantil entre os participantes da equipe.

5- Justificativa

Por que algumas crianças e adolescentes podem trabalhar? Por que algumas crianças e adolescentes têm seus direitos fundamentais negligenciados e outras não? Por que crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica se expõem ao trabalho infantil e as outras não? Estas questões foram levantadas pela equipe durante os estudos da pesquisa, especialmente pensando nas crianças e adolescentes moradoras de favelas e os problemas atuais agravados pela pandemia.

A busca por estas respostas foi fundamental para ajudar a pensar a metodologia da pesquisa, bem como a reflexão sobre a crise mundial que motivou a Assembleia Geral das Nações Unidas a declarar 2021 como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, solicitando que Organização Internacional do Trabalho (OIT) aumentasse seus esforços nesta direção. Os números de todas as pesquisas da ONU/OIT/UNICEF, no Brasil, os dados do IBGE mostram que o problema vem aumentando desde 2016 e se agravando com os impactos da pandemia da Covid-19.

A equipe apurou toda definição do problema, o que é considerado trabalho infantil no mundo, as políticas públicas para a erradicação do mesmo, as questões brasileiras e também alguns impactos na favela da Maré a partir de pesquisas que foram realizadas pelo Fundo Malala, pelo Censo Maré e pelos dados da UNICEF.

Com estes estudos, a equipe foi percebendo que o problema existia dentro da equipe, dois participantes já estavam trabalhando sem respeito ao horário de trabalho combinado, sem condições de estudo e com baixa remuneração; um outro começou a trabalhar em uma barraca em frente de casa vendendo acessórios de celular. As meninas relatam dificuldades de conjugar os estudos com o trabalho doméstico e algum apoio em atividades remuneradas para as famílias.

A crise econômica e as dificuldades de estudar remotamente tensionam o momento, aumentando os impactos para os estudantes. A partir destas reflexões pessoais surgiu a necessidade de compreender estes processos com os familiares, assim começaram a conhecer a história de vida das famílias e descobriram que estavam lidando com este problema em suas vidas há muitas gerações.

A pesquisa despertou motivações, impulsionou descobertas, reflexões e ações sobre as possibilidades para enfrentar as questões de trabalho infantil que muitos participantes da equipe estão vivenciando em carne e osso. Para a Peritech Maré esta temática não é algo distante, ou mais um tópico escolar a ser estudado para um torneio e uma avaliação, mas sim uma prova de vida para que continuem descobrindo forças e apoios para a continuidade de seus projetos de vida. As transformações conscientes do contexto sócio-histórico que acontecem na vida de cada estudante da equipe têm impacto em suas famílias, seus amigos e na comunidade, contribuindo para as transformações que nossa sociedade precisa realizar para fazer com que as leis sejam vivenciadas e respeitadas no país.

As inseguranças sobre a manutenção da vida, da geração de renda, da garantia da alimentação e as dificuldades de se manter estudando durante a pandemia foram objeto de estudo na Maré e mostram o quanto o tema da pesquisa dialoga com a realidade de vida desta população.

Segundo as pesquisas realizadas durante a pandemia (2020) pela Redes da Maré em parceria com a Fundação Malala, cujo objetivo é promover o acesso à educação, a frequência e o combate à evasão escolar de meninas, foi possível saber que 34,7% das pesquisadas (meninas e mulheres) afirmaram não ter acesso à internet em casa, sendo que 24,4% afirmaram não ter celular, e outras 14,4% disseram ter o aparelho, mas sem internet. São números próximos ao apontado pelo Censo Populacional da Maré (2013), no qual 36,7% dos moradores não dispunham de conexão à internet na residência.

Em relação às meninas entre 6 e 10 anos a situação é ainda pior, 53,1% não tinham celular, e 9,8% das que tinham não contavam com acesso à internet. Ao todo, eram 62,9% de meninas impossibilitadas ou com maior dificuldade de acompanhar atividades escolares pelo celular. A

desigualdade de condições parece indicar que as meninas e as mulheres são ainda mais prejudicadas no contato com meios tecnológicos.

Segundo o Censo Maré 2013, dos 140 mil habitantes, 53% não concluíram o ensino fundamental e apenas 18% cursaram o ensino médio. Com a pandemia o risco de evasão escolar aumentou, motivo de preocupação dos governos e sociedade civil de acordo com a pesquisa do Datafolha, 16,3% dos estudantes do ensino superior interromperam os estudos; no ensino médio, essa proporção é de 10,8%, enquanto no ensino fundamental representa 4,6%, os números mais elevados na história do país.

Trabalhando com dados anuais, a pesquisa Maré diz ‘Não ao Coronavírus’ mostrou que em 2020, no município do Rio de Janeiro, segundo o Painel Rio COVID-19, foram contados 151.341 casos confirmados e 13.922 óbitos. Destes, 1.118 casos e 137 óbitos são de moradores da Maré, números que se destacam na cidade. Lembrando que a primeira morte por Covid-19 na cidade foi de uma empregada doméstica preta, moradora de favela que estava trabalhando em uma casa na Barra da Tijuca em que a família havia retornado da Itália, país com alto índice pandêmico à época.

Além da tragédia humanitária, os impactos socioeconômicos no território foram facilmente notados pelo aumento de famílias em vulnerabilidade. Segundo a pesquisa, em abril de 2020 eram aproximadamente 6 mil famílias em situação de vulnerabilidade e em dezembro do mesmo ano este número triplicou para aproximadamente 18 mil famílias.

A situação ainda se mostra mais grave do ponto de vista das responsabilidades familiares. Segundo os dados do Censo Maré, praticamente metade das mulheres com 15 anos ou mais de idade é responsável pelos domicílios na Maré: 30,3% são as únicas responsáveis e 19,1% compartilham com outros membros da família. Dentre o universo dos domicílios cadastrados, as mulheres foram indicadas como responsáveis familiares na grande maioria (79,1%) dos domicílios. São mulheres pretas e pardas (68,7%) e possuem entre 20 e 49 anos (70,7%).

Ainda neste contexto sobre a condição de renda familiar, mais da metade (61,8%) dos domicílios informaram não haver nenhum morador trabalhando e quase 60% recebiam algum

benefício social, sendo o auxílio emergencial o mais citado. Foram identificadas 9.510 famílias mais negligenciadas pelas políticas públicas e as organizações no território deverão ter que acompanhá-las de forma prioritária pensando estratégias de proteção e incidência política de forma perene.

Partindo destas vivências e as comprovações do quadro de desigualdade social que empurra crianças e adolescentes para luta pela sobrevivência na população moradora de favela, a equipe percebeu o quanto esta realidade estava presente entre os estudantes do 3º ano do ensino médio do Colégio João Borges de Moraes e pensou diversas metodologias para realizar a pesquisa produzindo um resultado imediato e inovador, conforme o desafio proposto pelo torneio.

Começaram estudando o assunto teoricamente, se sensibilizando com o problema e construindo um projeto de pesquisa grandioso, almejando resolver o problema de todas as crianças do entorno da escola da Maré. Conforme os estudos sobre o tema e os diálogos na equipe sobre o sentido de cada informação na vida deles e a realidade que cada um estava experimentando foi ocorrendo uma mudança de enfoque, uma necessidade de compreender o teórico para transformar o prático, o vivido na equipe e de forma rápida, pois as dificuldades de vida e de estudo eram muito fortes e mobilizaram a todos.

A relação entre os estudantes mais antigos na equipe e as meninas que entraram este ano foi se construindo de forma fluida, respeitosa e solidária. As opiniões são expressas e acolhidas na equipe, as reflexões em relação à própria pesquisa sobre o tema sensibilizam a equipe e, assim, descobriram que poderiam estudar suas próprias questões, descobrir os principais problemas, as possibilidades existentes e outras que poderiam ser criadas ou surgir como encaminhamentos frente ao problema.

Descobriram que existem as pesquisas que fazem estudos de caso, as biografias e analisam percursos de vida, as cartografias, os estudos utilizando a pesquisa-ação que levantam questões entre os pesquisados e trabalham com eles os encaminhamentos, construindo com o próprio público entrevistado as trocas de saberes, pesquisas, experiências e a construção de novos conhecimentos. Com esta ampliação das possibilidades de pesquisa, a equipe percebeu

o potencial de aprender mais sobre o tema e impactar mais rapidamente as próprias vidas e de suas relações.

O trabalho coincidiu com as campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e de combate ao trabalho infantil pelo sistema de garantia de direitos e a equipe pôde acompanhar diversas atividades organizadas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e de outras instituições que trabalham com execução de programas Jovem Aprendiz. Este processo de participação nos eventos, trouxe mais aproximação com a temática, com as pessoas que trabalham e pesquisam o tema e ampliou a visão sobre os encaminhamentos possíveis e as relações com a construção de um projeto de vida e transformação desta realidade tão cruel.

6- Referencial Teórico

Para construir o objeto da pesquisa a equipe estudou noções sócio-históricas relacionadas ao tema como racismo, desigualdade social e favela, questões que perpassam de forma estrutural a sociedade brasileira. Estes se mostram no dia a dia da população, no desemprego de adultos, na falta de prioridade à educação e no trabalho infantil, principalmente, nas periferias neste momento de pandemia.

A noção de trabalho entendida como direito tem uma longa trajetória na história da humanidade. Desde atividades criativas para solucionar problemas básicos de sobrevivência na idade da pedra, passando pela lógica da escravidão, servidão, empregos com funções repetitivas sem normas de funcionamento, mulheres grávidas, crianças e idosos trabalhando juntos sem condições de higiene e segurança até a conquista das primeiras leis, a famosa carteira de trabalho, direito de aposentadoria, descanso nos fins de semana, licenças de saúde, férias, entre outros. Da mesma forma, a caminhada até a proteção das crianças foi longa, definindo que antes de 14 anos não é adequado o trabalho e, a partir desta idade é permitido uma carga horária menor, dando condições de manutenção de estudos.

A conquista dos direitos vem de longa data, desde o séc XVII, os países mais desenvolvidos criaram leis para regular o poder das monarquias e organizar a vida em sociedade de modo mais justo e democrático. Com isso, após a Revolução Francesa há o marco da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 e na sequência houve muitas mudanças nas relações de poder mundo afora, diante de acontecimentos como a Revolução Russa e as chamadas 1ª e 2ª Guerras Mundiais, além da compreensão entre as lideranças políticas e jurídicas de que a forma de tratar as pessoas, sejam elas criminosas, presidiárias ou apenas cidadãs não poderia mais ser indigna, levando-as ao trabalho forçado e à morte por motivos eugenistas. Houve um esforço de reconhecimento que as pessoas não poderiam mais ser submetidas a situações de privação de alimentos, de moradia saudável, educação, respeito à diversidade entre outras. E os movimentos de união entre os povos para ajudar os governos a encontrar equilíbrio em suas administrações desencadeou na formação da Organização das

Nações Unidas (ONU) e na construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

“Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. (...) A lei dos direitos humanos obriga os governos a fazer algumas coisas e os impede de fazer outras. Os indivíduos também têm responsabilidades: usufruindo dos seus direitos humanos, devem respeitar os direitos dos outros. Nenhum governo, grupo ou indivíduo tem o direito de fazer qualquer coisa que viole os direitos de outra pessoa.” (UNICEF)

Considerando que o Brasil assumiu o compromisso com a ONU de implementar os direitos humanos, bem como de outros acordos internacionais como a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes em 1989, a erradicação do trabalho infantil até 2025 e de cumprir a meta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, entre eles encontra-se o 8º objetivo que se refere ao Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico, que apresenta interação com outros ODS para se efetivar, são eles: 1º- Erradicação da Pobreza; 4º- Educação de Qualidade; 5º- Igualdade de Gênero; 10º- Redução das Desigualdades; 16º- Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Como a realidade brasileira mostra, em termos de avaliação do Produto Interno Bruto - PIB, o país está entre as dez maiores economias do mundo, entretanto do ponto das desigualdades sociais e violência aparece entre os cinco países com as piores avaliações em todos os indicadores. Muitas situações apresentaram melhorias nos últimos 40 anos, mas muitas outras estão em retrocesso, como por exemplo a situação do trabalho infantil que vem aumentando desde 2016.

Este contrassenso entre PIB e desigualdade social indica o quanto as consequências da lógica escravocrata pesa na forma como as elites administram o país. A equipe se pergunta o quanto há de compreensão sobre o que são direitos humanos, de como podemos olhar para a população com humanidade e de como construir os sentidos dos direitos humanos, de respeito

às legislações e, sobretudo, às crianças e adolescentes na população. É preciso muitos estudos para responder estas perguntas.

Se o conceito de trabalho se modificou na história, vale pesquisar como surgiu o conceito de infância. Na pesquisa de Ariès (1981) sobre a história social da Infância se compreende que o conceito de infância é muito recente, até o século XIX as crianças eram tratadas como miniadultos e não havia estudos sobre esse período de desenvolvimento do ser humano.

É com esta visão de criança como miniadulto do séc XVI que o Brasil se organizou como nação, tratando as crianças pretas com menos valor por serem ou representarem um povo escravizado. Vale destacar que até as décadas de 1970 a 1990 não havia um movimento forte no país que pensasse a defesa de direitos da infância e da adolescência, a mortalidade infantil era um dos principais problemas da nação. Só havia uma legislação voltada para a infância, o Código de Menores, que se prestava ao atendimento de crianças e adolescentes menores de 18 anos, pretos, pardos, órfãos, os chamados capoeiras e bastardos, situações dadas como irregulares na sociedade. No Código, havia um caráter discriminatório, que associava a pobreza à delinquência, encobrindo as reais causas das dificuldades vividas por esse público, a enorme desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida.

A partir da organização de diversos setores da educação, da justiça e das ciências sociais houve a participação do Brasil na construção da Convenção dos Direitos das Crianças e Adolescentes da ONU reconhecendo que, em todos os países do mundo, há crianças vivendo em condições excepcionalmente difíceis, e que essas crianças precisam de consideração especial. Foram dez anos para sistematizar as diretrizes e todos os avanços relativos aos direitos para a infância desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, na qual a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.

Esta movimentação mundial para assegurar aos 192 países que assinaram a Convenção se refletiu no Brasil na Constituição Federal de 1988, com a definição do artigo 227, que trata da doutrina da proteção integral; a responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade de garantir os direitos dessa população; e o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. E logo em seguida, 1990, o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), uma das primeiras legislações do mundo completamente sintonizadas com a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente da ONU, mostra em seu texto como implementar o artigo 227 da constituição federal e assegura a criança e o adolescente como prioridade absoluta nas políticas públicas. Em seu Art. 4º estabelece que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Profissionalização faz parte do conjunto dos direitos fundamentais tratados pelo ECA e, em outros artigos estabelece que é responsabilidade do Sistema de Garantia de Direitos e as condições para o trabalho protegido na forma de aprendiz, a partir dos 14 anos, ou com restrições ao trabalho noturno, insalubre e perigoso, para outras contratações com carteira assinada de trabalhadores com 16 e 17 anos. Proibindo qualquer forma de trabalho até os 13 anos.

Em 2000 o país aprovou a Lei do Aprendiz 10.097/2000 definindo a forma de contratação protegida de pessoas entre 14 e 24 anos – ou sem limite de idade no caso de pessoas com deficiência. A lei exige que grandes e médias empresas tenham entre 5% e 15% de aprendizes em seu quadro de funcionários, com formação teórica, prática, entre outros direitos. Nos últimos anos tem havido mudanças na legislação trabalhista e previdenciária no país, bem como tentativas de mudanças na lei do aprendiz com a apresentação de outros programas de contratação de adolescentes sem as garantias de alguns direitos de proteção integral ao trabalho. Este quadro mostra como o estudo desta temática do ponto de vista da afirmação dos direitos se torna cada vez mais importante na população em geral e entre os próprios adolescentes.

No dia 12 de junho de 2002 houve apresentação do primeiro relatório global sobre o trabalho infantil na Conferência Anual do Trabalho e neste evento foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

O catavento colorido é utilizado como símbolo da campanha com a função de lembrar à

sociedade o sentido lúdico e a alegria que devem estar presentes na vida das crianças e adolescentes. Também representa o movimento, a articulação e a realização de ações permanentes para prevenir e erradicar o trabalho infantil.

No Brasil, a campanha pelo 12 de junho foi instituída como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, pela Lei Nº 11.542/2007 e as mobilizações são coordenadas anualmente pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em parceria com os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e suas entidades membros.

De acordo com as pesquisas da OIT e do FNPETI, as marcas do trabalho infantil na infância podem impactar negativamente toda a vida daquela pessoa, podem ocorrer agravos nas áreas da saúde, educação, lazer e convivência familiar. Seguem alguns pontos de maior destaque dos efeitos negativos do trabalho infantil:

Aspectos físicos: cansaço permanente e excessivo, problemas respiratórios, lesões e deformidades na coluna, alergias, distúrbios do sono, irritabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em atividades laborais porque têm menor percepção dos perigos. Fraturas, amputações, ferimentos causados por objetos cortantes, queimaduras e picadas de animais peçonhentos são exemplos de acidentes de trabalho. Além das situações que provocam óbitos.

Vale destacar que desde 2007 290 crianças e adolescentes de cinco a 17 anos morreram enquanto trabalhavam e 29.495 sofreram acidentes graves. Também entre 2007 e 2020, 49.254 tiveram algum tipo de agravo à saúde, dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. No ano passado (2020), 2.593 crianças e adolescentes sofreram algum agravo à saúde, e do total, 1.461 são classificados como graves. Os estados com maior número de vítimas são Rio Grande do Sul (309), São Paulo (252) e Paraná (206). Desde 2018 foram comunicadas 54 mortes, porém, o próprio ministério reconhece que nem sempre são identificadas e notificadas, assim, as informações são parciais e necessitam de atualizações.

Em relação aos acidentes de trabalho há maior incidência de acidentes nas mãos e membros

superiores, que somam 14.964 casos. Os acidentes com animais também se destacam - Acidentes com serpentes vitimaram 8.192 trabalhadores infantis e 4.394 foram picados por escorpiões no período de 13 anos. Do mesmo modo, a intoxicação exógena por medicamentos, agrotóxicos, produtos químicos, plantas e outros somam 3.474 casos e distúrbios osteomusculares por esforço repetitivo são 168 casos. Os adolescentes de 13 a 17 anos são os mais afetados por estes acidentes.

Aspectos psicológicos: estes dependem do contexto social do trabalho infantil, se dividem pelo casos de abusos físicos, sexuais e emocionais apontados como os principais fatores de adoecimento das crianças e adolescentes trabalhadores. E outros secundários, mas não menos relevantes, como fobia social, isolamento, perda de afetividade, baixa autoestima e depressão.

Aspectos educacionais: aqui estão os impactos mais conhecidos na sociedade: baixo rendimento escolar, distorção idade-série, abandono da escola e não conclusão da Educação Básica. Segundo as pesquisas do FNPETI, quanto mais cedo o indivíduo começa a trabalhar, menor é seu salário na fase adulta. Situação que impacta o desenvolvimento do país como mais um fator que contribui para o ciclo da pobreza. Ao interromper os estudos já em um processo de baixo rendimento escolar, instaura-se uma percepção que não poderá retornar ao processo escolar com boa aprendizagem, mantendo a baixa qualificação e remuneração.

As situações de trabalho infantil ocorrem nas mais diversas áreas da economia e algumas das atividades são perigosas, insalubres, produzem danos e invalidez à criança. A percepção deste problema ocorreu em 1986 quando um militante indiano Kailash Satyarthi animou um movimento internacional pela proteção dos direitos da criança e do adolescente propondo a criação da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil - a Lista TIP e a inclusão da mesma na Convenção 182 Conferência Internacional do Trabalho da OIT. O Brasil foi o primeiro país a assinar a convenção e realizou uma pesquisa sobre a Lista TIP brasileira e em 2008 apresentou o resultado da avaliação nacional mostrando 93 tipos de atividades proibidas para crianças e adolescentes. Foi a maior lista apresentada entre os países membros.

O trabalho de fiscalização pelo Ministério Público do Trabalho registrou 5.766 ações fiscais em 2016, o maior número até então, no qual retiraram mais de 2000 crianças de piores formas de trabalho. Em novembro de 2017, ocorreu Quarta Conferência Global sobre o

Trabalho Infantil, em Buenos Aires, na qual diversos serviços de proteção de direitos da criança e do adolescente se reuniram e avaliaram que não haviam conseguido cumprir a meta de erradicar todas as piores formas de trabalho infantil em 2016, provocando novas avaliações e compromissos com a OIT. Momento semelhante ao atual em que ONU e OIT chamam os países para impulsionar novas medidas pela erradicação do trabalho Infantil.

Abaixo apresentamos as ocupações da Lista TIP para menores de 18 anos:

“– Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

– Utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

– Utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;

– Trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, podem prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.”

O trabalho infantil ainda é uma realidade para milhões de meninas e meninos no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PnadC), em 2016, havia 2,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 6% da população (40,1 milhões) nesta faixa etária. Cabe destacar que, desse universo, 1,7 milhão exerciam também afazeres domésticos de forma concomitante ao trabalho e, provavelmente, aos estudos.

Esta realidade de trabalho infantil é muito presente no contexto das favelas, na Maré não é diferente, e com a pandemia houve um aumento perceptível do trabalho infantil em toda a cidade. Não é à toa que a ONU elegeu este tema para trabalhar em 2021. Eliminar o trabalho

infantil provocou o interesse da equipe, perceberam que na equipe há participantes que trabalham desde crianças, meninas que assumem responsabilidades pelo trabalho doméstico junto com a vida escolar, além da maioria dos familiares ter vivenciado o trabalho infantil em suas vidas.

Em 2021 foram realizados diversos eventos pela campanha do 12 de junho e houve a semana de ação de 10 a 17 de junho, na qual o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, e a diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore, se juntaram a outros palestrantes consagrados e defensores da juventude em um evento durante a Conferência Internacional do Trabalho para discutir o lançamento das novas estimativas globais e o caminho a seguir.

Esse movimento levou os adolescentes do grupo a participar de dois eventos importantes, a saber: a Assembleia temática pelo dia 12 de junho, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, uma live especial pela mesma campanha, realizada pelo ISBET (Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento). Em ambos houve a presença dos principais representantes do Brasil que trabalham com o tema, como Isa de Oliveira, a Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Antonio Lima representando a Rede Peteca Brasil, instituição criada em 2016 pela organização da sociedade civil Cidade Escola Aprendiz, visando à promoção dos direitos da criança e do adolescente a partir da erradicação do trabalho infantil; Eugenio Marques, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil; Dr. Antônio Oliveira, Procurador do Trabalho e coordenador do Projeto Peteca; Dra Eufrásia Virgens, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município do Rio de Janeiro; e Alexandre Rodrigo Lyra, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador do Projeto de Inserção de Aprendizes no Rio de Janeiro.

Nestes eventos a equipe destacou alguns pontos interessantes para mostrar mais camadas do problema, por exemplo, há uma limitação da pesquisa nacional de amostras de domicílio, pois existem muitas crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, realidade comum nas favelas e periferias e que não aparece na pesquisa. Outro agravante apontado pelos participantes é que

muitas crianças trabalham com a própria família e há uma cultura perversa afirmando que ao trabalhar, a criança não se envolverá com atividades ilícitas. O que não se revela uma realidade, na medida em que há diversos adolescentes que se envolvem no crime para ajudar economicamente as famílias.

Em relação aos dados da PNADC/IBGE (2016) já citados foi feita uma avaliação em relação às atividades de autoconsumo, para o próprio consumo, o equivalente ao trabalho doméstico e os dados mostram que pessoas de 5 a 17 anos que realizavam atividade econômica ou de autoconsumo: 1,4 milhões realizam apenas atividade econômica (71,5%), 463 mil realizam apenas atividade de autoconsumo (23,1%) e 108 mil realizam atividades de autoconsumo e atividade econômica. Ou seja, meio milhão de pessoas nesta faixa etária está envolvida em afazeres domésticos, alguns deles perigosos.

Outro ponto importante apresentado é que 66,4% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são do sexo masculino, 66,1% das crianças e adolescentes trabalhadoras são negras (pardas ou preta) e 86,1% das crianças e adolescentes trabalhadoras estão na escola, sendo assim, 13,9% estão fora da escola (76,8% dos adolescentes de 16 e 17 anos em situação de trabalho infantil estudam, enquanto entre os que não trabalham a porcentagem sobe para 85,4%). Este dado apresentava um avanço pelo número de matriculados, entretanto não oferecia condições de avaliar frequência e aproveitamento escolar. Além disso, com a pandemia, o governo brasileiro já tem informações de aumento da evasão escolar.

É importante lembrar que a constituição federal também assegura que crianças de 4 a 17 anos têm direito a uma escola de qualidade. Na avaliação da equipe, quando a criança/ adolescente abandona a escola para trabalhar ou falta às aulas para trabalhar, ocorre a continuidade de um ciclo da pobreza.

Os fiscais do Ministério Público do Trabalho relatam cenas em que crianças trabalhavam em altíssimo nível de vulnerabilidade, por exemplo um deles relatou ter visto crianças brigando com urubus para pegar restos de manga no chão para comer. Casos estão aparecendo nas mídias de meninas que entram para trabalhar em uma casa e ficam presas em condições escravas durante décadas.

O grupo aprofundou os estudos sobre o tema, os impactos do problema em suas histórias de vida e a história da Maré, o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro e a formação dos movimentos sociais no território, refletindo sobre as relações da história da escravidão, o racismo, além de todos os outros que compõem a estrutura de problemas raciais enfrentados por toda a população afrodescendente no país, que foram mais evidentes e potencializados no período de pandemia.

A Unicef realizou uma segunda edição da pesquisa sobre os impactos da pandemia e trabalho infantil, nesta ouviu 68 mil jovens de todo o Brasil, com idade de 15 a 29 anos, entre os dias 22 de março e 16 de abril deste ano. O relatório aponta para um aumento significativo no número de crianças de 5 a 11 anos em situação de trabalho infantil, que agora respondem por pouco mais da metade do número total global. Outro alerta é o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em trabalhos perigosos – definido como trabalho que pode prejudicar sua saúde, segurança ou moral – chegou a 79 milhões, um aumento de 6,5 milhões de 2016 a 2020.

O diretor-geral da OIT, Guy Ryder alerta: “Não podemos ficar parados enquanto uma nova geração de crianças é colocada em risco (...) A proteção social inclusiva permite que as famílias mantenham suas crianças e seus adolescentes na escola, mesmo em casos de dificuldades econômicas. É essencial aumentar o investimento no desenvolvimento rural e no trabalho digno na agricultura. Estamos em um momento crucial e muito depende de como respondemos. Este é um momento para compromisso e energia renovados, para reverter a situação e quebrar o ciclo da pobreza e do trabalho infantil”.

O mesmo relatório avalia que em termos mundiais houve um crescimento de 8,9 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, situação que os coloca em risco de ser empurrados para o trabalho infantil até o final de 2022 como resultado da pandemia. A crise econômica e as dificuldades educacionais pela Covid-19 significam que as crianças e os adolescentes que já estão em situação de trabalho infantil podem estar trabalhando mais horas

ou em piores condições, enquanto muitos mais podem ser forçados às piores formas de trabalho infantil devido à perda de emprego e renda entre famílias vulneráveis.

O referido relatório ainda destaca que o setor agrícola é responsável por 70% das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho infantil (112 milhões), seguido por 20% no setor de serviços (31,4 milhões) e 10% na indústria (16,5 milhões), ou seja, o trabalho infantil rural é três vezes maior que o urbano; 28% das crianças de 5 a 11 anos estão fora da escola; o trabalho infantil é mais prevalente entre meninos do que meninas em todas as idades, mas quando consideradas as tarefas domésticas realizadas pelas meninas, a diferença de gênero no trabalho infantil diminui.

Considerando esses dados a OIT e o UNICEF apresentam algumas sugestões, dentre elas destacamos que os países membros incluam benefícios de proteção social universais; ampliem os gastos com educação de qualidade; fortaleçam o trabalho decente para os responsáveis pelas famílias, evitando a necessidade de apoio das crianças para gerar renda familiar. Com essas ações e as campanhas pelo Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, a parceria global Alliance 8.7, acreditam que será possível redobrar os esforços na luta global contra o trabalho infantil.

7- Metodologia

Os estudos sobre a temática da pesquisa - Erradicação do Trabalho Infantil e o desafio proposto pelo torneio para que cada pesquisa promova projetos orientados para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentadas que melhorem de forma rápida e eficiente a qualidade do trabalho individual, coletivo ou em núcleos familiares, contribuindo para a erradicação ou combate do trabalho infantil em suas piores formas inquietou a equipe.

Era possível continuar estudando o assunto e planejar uma ação voltada para várias situações na Maré, entretanto as dificuldades que foram surgindo para que alguns participantes da equipe pudessem estar presentes nas reuniões e assistir às aulas provocou diálogos instigantes. Descobriu-se que os obstáculos eram a necessidade de acesso a renda, recursos financeiros de apoio para as famílias destes colegas, todos menores de 18 anos, impedidos de participar, pois estavam trabalhando.

Nas conversas verificou-se que as condições em que os trabalhos estavam acontecendo eram análogas ao trabalho escravo, por exemplo: os dois adolescentes tinham apenas horário de entrada no trabalho, o horário de saída variava conforme a exigência do patrão, também não tinham descanso semanal, um deles construiu uma relação de medo com o patrão, ambos trabalhando em funções perigosas envolvendo uso de maquinário elétrico em altas temperaturas e múltiplas atividades. Um terceiro começou a trabalhar em uma barraca de vendas na rua, no caso uma rua da Maré, um bairro em que ocorrem diversas violações de direitos nas ruas, confrontos armados repentinos, além de diversas questões de saúde e higiene do comércio ambulante.

Entre as estudantes, apenas uma tinha condições de se dedicar aos estudos com exclusividade, as outras cinco participantes conjugavam as responsabilidades do trabalho doméstico com os estudos e uma delas também trabalhava em uma loja da família.

Esta percepção de que havia trabalho infantil acontecendo dentro da própria equipe

sensibilizou o grupo na direção de uma pesquisa em que testassem as informações e as orientações de combate e erradicação do trabalho infantil na própria equipe, além de encontrar formas rápidas de apoiar os colegas e garantir a participação deles no torneio e na conclusão do 3º ano do ensino médio, motivo de ansiedade entre eles.

7.1 - Descrição dos métodos empregados

Para atender esta demanda e experimentar as possibilidades de uma pesquisa científica viva, que dialogue com as necessidades de compreender as relações humanas, comportamentos, costumes, narrativas e os cotidianos da vida naquele contexto, foram estudadas as noções de pesquisa qualitativa.

Dentro desta abordagem qualitativa, foram apresentadas algumas possibilidades de pesquisa e foi escolhido pelo grupo fazer um trabalho inspirado na metodologia do estudo de caso, comumente empregado na sociologia, em áreas da saúde, economia e administração e com destaque no campo das pesquisas educacionais (STAKE, 2013). Esta modalidade de pesquisa é utilizada para tratar de problemáticas relacionadas a um grupo de pessoas e a compreensão de um fenômeno a partir de seu contexto real.

Os estudos de caso vêm ganhando gradualmente espaços no contexto das pesquisas educacionais e têm sido presença registrada em artigos, dissertações, teses da ANPED (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação) como mostra o levantamento realizado por Brezinsk e Garrido (2007).

No caso da Peritech Maré trata-se de uma metodologia que facilita, de modo singular, a organização das análises do objeto de pesquisa, as interpretações de cada participante e o sentido das possíveis contribuições que o estudo possa produzir na direção da demanda do TBR.

A partir do estudo do trabalho infantil vivenciado pelos participantes da Peritech Maré foi possível descrever, analisar e experimentar uma ampliação de olhares para as diferentes questões do objeto de pesquisa. Esta inclinação qualitativa permite investigar e refletir sobre

contextos reais e contemporâneos, para então pensar e propor novos caminhos e alternativas.

Para explicar o fenômeno estudado foi realizada a preparação da coleta de dados, registros das conversas em grupo, o que permitiu descrever o fenômeno estudado e algumas intervenções experimentando as orientações de combate ao trabalho infantil.

O estudo de caso, como estratégia de pesquisa na ótica da abordagem qualitativa, não se configura uma metodologia fácil e simples de ser desenvolvida (YIN, 2005), entretanto mostrou-se a mais adequada para a equipe, por permitir o melhor preparo possível do grupo para a compreensão e desenvolvimento da metodologia da pesquisa.

7.2- Organização da equipe para a construção do instrumento de pesquisa e coleta de dados

Todo o trabalho da equipe se desenvolveu de forma participativa, criativa para tornar o processo acessível a todos, foram realizadas diversas reuniões pelo meet, Whtasapp, a produção dos estudos e registros foram realizados pelo Google Drive, onde era feito o registro de todas as ações, sugestões de textos, de filmes, músicas, animações, lives referentes ao tema. Cada encontro seguiu um planejamento que se efetivou com o que cada um pôde contribuir. Houve momentos que o grupo apresentou a necessidade de apoio mútuo para manter o ânimo e enfrentar os desafios que estavam vivenciando, como por exemplo, o excesso de materiais escolares para estudo em texto pelo Whatsapp, alguns estudantes sentiram muita dificuldade para acompanhar as aulas e surgiu uma incerteza sobre a conclusão do 3º ano do ensino médio. Tensões que impactam os sonhos, os projetos de vida de cada um e de suas famílias. Para trabalhar com este contexto foi possível associar aos encontros da pesquisa a aplicação de três encontros de uma metodologia chamada Caixa de Ferramentas criada pela ASEC, que oferece recursos para os adolescentes se apoiarem do ponto de vista da saúde mental. O trabalho em rede de apoio que se estabeleceu na equipe foi essencial para que todo o trabalho se realizasse.

Também foram realizadas ações em parceria com o programa Girls in STEM (Garotas Stem), junto ao British Council e Museu do Amanhã, a equipe pôde participar de encontros no

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre a Erradicação do Trabalho Infantil, além de encontros com a cientista da computação Nina da Hora, jovem, mulher, negra de destaque na academia na área de tecnologia, e com a astrônoma Duília Mello, astrofísica brasileira, colaboradora da NASA. Esses encontros trouxeram muita animação para a equipe e melhoria da expectativa em relação às boas possibilidades de continuidade dos estudos e dos projetos de vida potentes em cada história.

Em parceria com o projeto Nas Ondas da Maré, os adolescentes receberam equipamentos adequados para a participação no torneio, assim como um curso para aprender sua utilização e também um recurso financeiro para apoiar o pacote de dados da Internet. Ao mesmo tempo, a escola em que estudam foi contemplada com equipamentos cedidos pela Petrobras. Felizmente as redes de apoio continuaram, a saber: professores de música do território para favorecer a banda de rock de parte da equipe, empresa de consultoria para criação de startup com geração de renda para se manterem no tempo da universidade, e mentoria vocacional para identificar com eles seus projetos de vida e os caminhos mais acessíveis para atingi-los.

Mesmo havendo diversos e grandes desafios, com o apoio da equipe de técnicos, a força de vontade e até a capacidade que temos de aprender, novas soluções vão surgindo e a equipe segue no torneio. Esta trajetória tem sido vivida com leveza, com arte e diversão, afirmando as potências da vida.

7.3- Coleta de dados

Como a temática dialogou diretamente com a experiência de vida da equipe e suas famílias, a escolha metodológica buscou referenciais de produção de conhecimento na perspectiva do Estudo de Caso levantando inquietações significativas na realidade da equipe, provocando uma pesquisa sobre o tema, que os auxiliasse a encontrar caminhos reais e viáveis para transformar a realidade. As principais inquietações levantadas pela equipe se referiam a reconhecer adolescentes que precisam trabalhar na equipe, na turma, na família, na escola; quem ajuda em casa ou realiza o trabalho doméstico; qual a história das famílias dos

estudantes do Colégio João Borges de Moraes em relação ao trabalho na adolescência/ infância; será que os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência; quem na equipe e na escola tem desejo de ir para a faculdade e por quê e para quê, qual a faculdade que cada um pretende cursar; como imagina que sejam esses profissionais (desenhar ou descrever); se conhece alguém que tenha essa profissão, pesquisar pessoas que exercem esta profissão. Quais as oportunidades de bolsa (ajuda financeira para estudar) em cada faculdade escolhida, como ter acesso a essa oportunidade, se já tiveram alguma conversa com a família sobre o sonho profissional e sobre as necessidades e possibilidades dessa escolha. A partir destas questões foram pensados os limites e as possibilidades para conversar, entrevistar e coletar os dados. Considerando as adversidades da pandemia e da qualidade da conexão entre as pessoas na Maré se avaliou que haveria melhores possibilidades de contato, de retorno das informações se a pesquisa fosse realizada com o levantamento das experiências da própria equipe Peritech Maré. Na sequência foi formulado um instrumento de coleta de dados com as principais questões para o estudo, a saber:

- Você conhece adolescentes que precisam trabalhar?
- Quem ajuda em casa ou realiza o trabalho doméstico?
- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?
- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê?
- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão? Pesquisar pessoas que exercem esta profissão.
- Vocês na família já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Alguns relatos importantes deste período sobre suas vivências e das famílias estão disponíveis no **ANEXO 1**.

A equipe estudou as informações coletadas dos nove participantes através do instrumento de pesquisa e verificou o resultado abaixo:

- 100% dos participantes relataram conhecer crianças e adolescentes que trabalham;
- 100% dos participantes tiveram bisavós, avós e pais trabalhando desde a infância na

roça ou fábricas;

- 100% dos familiares iniciaram estudos e interromperam para trabalhar;
- 100% dos familiares que estudavam interromperam estudos quando tiveram filhos;
- 100% dos participantes dividem o trabalho doméstico com os adultos da casa;
- 100% das famílias recebem cesta básica da escola;
- 70% das famílias participa dos programas de assistência social;
- 50% dos responsáveis conseguiram retornar aos estudos depois dos 30 anos de idade;
- 30% dos participantes trabalham e estudam desde os 13 anos de idade, os participantes meninos;
- 20% dos pais conseguiram chegar ao nível superior.

Nas conversas e estudos da pesquisa relataram outros aspectos do problema, dos quais se destacam que 100% dos participantes não conheciam as possibilidades de suporte da rede de apoio social no campo dos programas de Aprendizagem para adolescentes e jovens, nem tinham uma percepção do que se tratava trabalho infantil ou os direitos que a lei do Aprendiz lhes garante, bem como canais de acesso.

A partir das demandas de combate ao trabalho Infantil na equipe, o próprio grupo iniciou diálogos com patrões sobre melhores condições de trabalho, um apoiou o outro indicando vagas em lugares melhores na própria favela, 50% da equipe se inscreveu em programas de Jovem Aprendiz e um já iniciou o processo seletivo; 20%, duas meninas, solicitaram apoio de estudos em produção textual, conseguiram aulas extras e na sequência criaram um projeto de redação que sensibilizou uma empresa que impulsiona Start ups e estão recebendo uma formação específica para gestão de um empreendimento econômico para 2022. 20%, dois meninos, compreenderam as relações entre rede de apoio e acesso aos direitos e orientaram amigos aos programas de aprendizagem.

7.4 - Análise dos dados

Alguns relatos chamam atenção, como em dois casos distintos. Num a mãe se inspirou na filha para voltar a estudar, e esta a ajuda nos estudos. A outra se inspirou na determinação da avó em voltar a estudar e fazer faculdade. A maioria das famílias não tem muita informação

sobre a vida escolar dos avós e, no decorrer da pesquisa, descobriram que nas localidades onde moravam havia poucas escolas.

A partir deste recorte é possível verificar que a política de universalização da educação vem conseguindo melhorias na oferta de vagas ao longo dos últimos 40 anos, bem como sensibilizando da população de periferias para o valor da educação na vida das famílias e a possibilidade de sonhar com projetos de vida que considerem a escolarização como uma etapa necessária. Acrescenta-se que estas famílias participam de reuniões periódicas nas escolas e serviços da Assistência Social, que os incentiva a manter os filhos matriculados e, eles mesmos, a participarem de processos de escolarização e profissionalização. As famílias estão começando a se enxergar como protetoras das crianças e adolescentes, mas ainda com necessidade de auxílio em seus direitos básicos.

Por outro lado, os dados da Peritech confirmam as pesquisas sobre abandono escolar na adolescência ou juventude quando estes têm filhos e precisam trabalhar, cuidar das crianças, do trabalho doméstico e apoiar a própria família de origem. Do mesmo modo, a pesquisa da equipe também converge com a prevalência de meninos trabalhando fora de casa e de meninas assumindo as responsabilidades de estudo, cuidados com os irmãos e trabalho doméstico.

Apesar da melhoria na valorização da educação e de projeções de futuros com profissionalização dos filhos, nota-se que não há consciência sobre o quão prejudicial é o trabalho infantil na vida desta população, visto que todos conhecem crianças e adolescentes que trabalham. Esta situação indica o quanto ainda é presente uma cultura de que se a criança pobre trabalhar não se envolverá em atos ilícitos, que o trabalho dignifica o homem e outras visões semelhantes que são afirmadas para populações pretas, pardas e pobres, relacionando pobreza com marginalidade. É uma das expressões da cultura escravocrata e racista ainda presentes na sociedade, são discursos que querem fazer crer que a pobreza que leva crianças e adolescentes a trabalhar é natural, pois a pobreza dirige a culpa por ser pobre ao próprio pobre, e não ao sistema que a produz. Esta interpretação se confirma ao não haver registro de crianças e adolescentes de classes mais abastadas em situação de trabalho infantil. Neste sentido, é fundamental reafirmar a necessidade de defesa dos direitos das crianças e dos

adolescentes, sensibilizando os próprios, suas famílias, a sociedade e o estado para as responsabilidades de cada um, recursos para os programas que promovem a garantia de um presente digno e feliz para o conjunto da população brasileira, independente de cor, sexo, raça, religião e classe.

8- Conclusão

A partir de todo o estudo realizado, a equipe conseguiu acessar informações, interpretar e dialogar sobre elas, iniciando uma compreensão das múltiplas causas do fenômeno do trabalho infantil, bem como as orientações e políticas públicas que promovem sua eliminação. A pesquisa trouxe alguma nitidez sobre a herança cultural escravocrata que aceita, permite e não enxerga como problema na sociedade o trabalho infantil de crianças pretas, pardas e pobres no país. Na pesquisa realizada pela equipe foi possível refletir sobre a eliminação do trabalho infantil no contexto de vida de cada participante da equipe antes da pandemia e seus impactos durante a mesma.

Perceberam que todos os pais e avós tiveram que trabalhar na infância, interrompendo os estudos, e só após as políticas nacionais de assistência social e universalização das escolas do ensino fundamental, metade dos pais e mães retornou aos estudos e percebeu que poderia aumentar a renda se conquistasse melhores qualificações profissionais e participasse das políticas públicas de assistência social, garantindo a matrícula e a frequência dos filhos nas escolas.

Mesmo com estes avanços na educação básica, o acesso à segunda etapa do ensino fundamental e a continuidade no ensino médio, estudar sem interrupções e na idade mais próxima ao ano de estudo são direitos que ainda não estão garantidos para a população brasileira, especialmente nas favelas e periferias, como é o caso da Maré. A primeira escola técnica do bairro foi inaugurada em 2019 e ainda não tem toda infraestrutura necessária para seu pleno funcionamento. Como mostrado na pesquisa, estes nove estudantes ainda não são a primeira geração de suas famílias a exercer os direitos de viver a infância e a adolescência protegidos do trabalho, 30% da equipe trabalha e estuda desde os 13 anos de idade e 100% da equipe têm responsabilidades no trabalho doméstico como fazer almoço e alimentar irmãos mais novos, limpeza da casa e das roupas, além de ajudar familiares em “bicos” ou pequenos empreendimentos.

Nos encontros houve relatos de diversos impactos negativos do trabalho infantil no grupo

desde cansaço, irritabilidade com familiares, dores nas costas, distúrbios do sono, vontade de desistir dos estudos, baixa autoestima, insegurança em relação a projetos futuros, entre outros.

Nos encontros semanais e nas trocas entre eles foi iniciada uma pesquisa sobre as alternativas propostas pelas legislações para a eliminação do trabalho infantil e experimentaram algumas delas. Nesta etapa houve diversos momentos, ações espontâneas de articulação em rede entre os próprios estudantes procurando oportunidades de trabalho para os colegas que estavam em situação irregular severa, impedindo-os de estudar e participar do torneio. Nesta ação eles conseguiram que um dos meninos fosse trabalhar numa loja de cuidados de animais de um conhecido com a promessa de um horário melhor. Situação que se manteve por pouco tempo, empurrando este adolescente para o apoio no trabalho da família com produção de alimentos, entregas de quentinhas, outra opção que também não lhe oferece boas condições para estudar.

Com a continuidade deste problema entre os três adolescentes iniciaram conversas com os padrões tentando compor melhores condições de trabalho. Além destas iniciativas pessoais, fruto da consciência sobre seus direitos, descobriram a Lei da Aprendizagem e algumas instituições que oferecem cursos e inserção profissional respeitando as leis. Tiveram que aprender a fazer currículos, entrar na plataforma para se inscrever e, um deles já foi chamado para participar de um processo seletivo.

Duas participantes se envolveram na proposta da aula de português da escola, e criaram um projeto para ajudar os colegas do 3º ano do ensino médio a alcançar bons resultados na redação do Enem. O projeto foi denominado pelas duas participantes de “Cooperação Redação Favela”, que visa expandir sua atuação para outros territórios periféricos e, até mesmo, jovens de classes mais favorecidas, com vistas à geração de renda por esta parcela do público. O projeto tem como premissa a aprendizagem colaborativa e coletiva, onde uns aprendem junto com os outros considerando suas diferentes habilidades e histórias de vida.

Um dos adolescentes tem muitas habilidades com produção de conteúdo para internet e criou uma divulgação espontânea para Assembleia do CMDCA divulgando entre os colegas o encontro pela campanha do 12 de junho.

O estudo parece confirmar a hipótese de que a participação em projetos pedagógicos cooperativos de interesse dos estudantes possibilita o seguimento do processo educacional sem interrupção, fortalece o reconhecimento das próprias habilidades, da consciência da igualdade de gênero e do respeito à diversidade, que são experiências fundamentais para projetos empreendedores, sustentáveis e inovadores.

Com toda esta movimentação também começaram a se tornar mais sensíveis para o conhecimento e o trabalho de divulgação e defesa do ECA, observaram o quanto é importante para o país as recomendações principais do UNICEF, a primeira garantindo o aumento dos gastos com educação de qualidade criando as devidas condições para o retorno de todas as crianças e todos os adolescentes à escola – incluindo quem estava fora da escola antes da pandemia de Covid-19. A segunda criando políticas de promoção de trabalho decente para adultos, para que as famílias não tenham que recorrer às crianças e aos adolescentes para ajudar a gerar renda familiar. Como terceira recomendação há um olhar mais amplo para investimentos em sistemas de proteção infantil, desenvolvimento agrícola, serviços públicos rurais, infraestrutura e meios de subsistência e proteção social para todos os envolvidos com as crianças e adolescentes.

Entender seu universo particular, a aplicação das orientações da rede de apoio e ampliar essa compreensão para o todo da população brasileira e até de outros países que sofrem com desigualdades sociais semelhantes ou piores que a brasileira significa produção de conhecimento.

Em suma, iniciaram um processo de cidadania, construindo uma maior compreensão sobre a importância de fortalecer as famílias para eliminar o trabalho infantil e garantir a escolarização, projetos de vida e transformações sociais.

Rever a história do Brasil, perceber o quanto de tempo e trabalho é necessário para que a população aprenda sobre sua formação humana e suas conquistas em termos de justiça social trouxe reflexões sobre os mais de 70 anos da declaração Universal dos Direitos Humanos e os 13 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil e os 31 anos de ECA. Sobre este ponto uma das participantes enviou uma mensagem para o CMDCA dizendo:

“ Durante esses 31 anos do ECA, muitas crianças tiveram os seus direitos preservados, como o direito da saúde, moradia e educação, os quais são os direitos básicos de cada cidadão. Antes do ECA, o trabalho infantil era normalizado, os chefes de família tinham muitos filhos para ajudar na renda da casa, prejudicando o desenvolvimento das suas crianças, formando um ciclo de pobreza, que fazia que o futuro dessas pessoas continuassem estático. E durante esses 31 anos, o ECA vem mostrando para uma população que usava as crianças como mão de obra, que elas necessitam de direitos que preservam a sua saúde, educação e liberdade de exercer a sua infância, isso é, para exercer o seu próprio crescimento e o progresso da sociedade.

Infelizmente, apesar dos progressos do ECA, ainda há muito o que fazer, principalmente por que com a pandemia, o trabalho infantil no Brasil aumentou. Os problemas para que a instituição escolar se fizesse presente e significativa na rotina da maioria das crianças e dos adolescentes, fragilizou a importância para as atividades escolares nas famílias mais atingidas pela crise econômica, muitos foram colocados para trabalhar de forma doméstica ou remunerada. Esse agravamento da crise e do trabalho infantil, está relacionado, principalmente em regiões pobres e periféricas, onde a maioria da população é denominada preta ou parda, mostrando que o Brasil ainda é um país racista.”

Em suma, a busca da equipe por recursos que os fizessem entender e lutar por seus direitos os levou a uma frase do escritor português José Saramago: “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós.” E foi pelo acesso à informação sobre o trabalho infantil que a equipe se enxergou nessa situação. A partir de então, começaram a se ver nesse espelho, nem tão afastados e nem tão emaranhados que não pudessem se ver direito, que não pudessem enxergar seus pais e avós nesse caminho que o racismo estrutural traçou para que eles trilhassem, como se os seus destinos já tivessem sido definidos por outro alguém.

Paralelamente, durante esse percurso, outra analogia despertou na equipe, foi quando se descobriram no Mito da Caverna de Platão, pois desde a infância, geração após geração, se

encontravam aprisionados em uma caverna, na qual não conseguiam se mover, em virtude das correntes que os mantinham imobilizados. As sombras projetadas no fundo da caverna eram compreendidas por eles como sendo tudo o que existia no mundo. Mas reconheceram que não era!

Mesmo finalizando a pesquisa para o TBR, os adolescentes da equipe seguem fazendo reflexões sobre tudo que aprenderam. Uma das integrantes, indignada com as injustiças que perpassam as leis sem serem reprimidas, fez o seguinte comentário sobre a pandemia e sua relação com a situação do Trabalho Infantil no Brasil: “As pessoas só nos enxergam quando já resolvemos o problema. No meio do caminho, ninguém nos enxerga e se a gente não resolver o problema, a gente só vira uma porcentagem.” Nesse desabafo e conscientização, ela ratifica a importância da população periférica se apoiar e tomar a frente nas ações que a prejudicam e desumanizam. E junto a isso, propôs apresentar a história de superação da equipe para incentivar outros jovens na mesma situação a não desistirem de sua integridade e de seus sonhos.

9- Bibliografia

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família, 2a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de pesquisa, v. 113, p. 51- 64, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000200003&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 10 ago 2021;

ANDRÉ, M. Estudo de caso: seu potencial na educação. Cadernos de pesquisa, v. 49, p. 51-54, 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/view/1427>. Acesso em: 10 ago 2021;

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRZEZINSK, I; GARRIDO, E. Trabalho docente: mapeando a pesquisa em teses e dissertações brasileiras. Educação & Linguagem, v. 10, n. 15, p. 60-81, 2007. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/item/001602611> . Acesso em: 10 ago 2021;

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes. 2006.

[Constituição Federal de 1988 - link de acesso fnpeti.org](#)

[Convenção 138 da OIT - Idade Mínima para Admissão ao Trabalho - link de acesso fnpeti.org](#)

[Convenção 182 da OIT - Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil - link de acesso fnpeti.org](#)

[Estatuto da Criança e do Adolescente - link de acesso fnpeti.org](#)

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORRIS, L. L.; FITZGIBBON, C. T.; FREEMAN, M. E. How to communicate evaluation findings. Newbury Park, CA: Sage, 1987.

ONU News, 2021. Declaração do Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil.

PLATÃO. A República. 3a. edição Rio de Janeiro: Edipro, 2019.

STAKE, R. E. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. Educação e seleção, n. 7, p. 5-14, 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/55.pdf> . Acesso em: 10 ago 2021.

SARAMAGO, J. O conto da ilha desconhecida. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

Trivinos, A. N. S. (1992) Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992. Yin, R.K. (2009) Case study research, design and methods (applied social research methods). Thousand Oaks.

Lakatos, E. M. E Marconi, M.A. (1996) Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Bookman editora, 2005.

Links pesquisados:

1-

<https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/conheca-93-piores-formas-de-trabalho-infantil-no-brasil/>

2- OIT-UNICEF - *Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward* in <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>

3-

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>

4-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

5- Campanha Maré diz NÃO ao Coronavírus em 2020

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Relatorio_campanha.pdf

6- Pesquisa Educação de Meninas e COVID-19 no conjunto das 16 favelas da Maré - Redes da Maré, Malala Fund, 2020 - 7-

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/pesq_covid_mare_PORT_web60369a328ca93.pdf

7-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

8-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

9-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

10-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

11-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

12-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

13-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

14-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

15-

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/como-a-pandemia-agravou-o-trabalho-infantil-no-brasil-e-no-mundo/>

16-

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao>

17- https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

18-

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/deputado-defende-trabalho-infantil-ao-comemorar-vitoria-de-rayssa-nas-olimpiadas.shtml>

19- <https://tab.uol.com.br/educacao/consciencia-negra/#page12>

20-

<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/>

21-

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/9151/1/Bruno%20-%20Artigo%20-%20Racismo%20%C3%A0%20brasileira.pdf>

ANEXO 1

Relatos das vivências dos integrantes da equipe e suas famílias em resposta ao questionário sobre o trabalho infantil na vida deles

Integrante 1: “Minha avó trabalhou com minha bisavó numa fábrica quando era criança e fez apenas as séries iniciais. Ela sonhava em ser Assistente Social e só conseguiu estudar depois dos 40 anos. Minha outra avó era indígena e quase ninguém na família sabe coisas da vida dela. Meu pai estudava e trabalhava, e quando eu nasci ele teve que parar de estudar para trabalhar e ganhar mais. Ele não desistiu, voltou a estudar e agora está fazendo faculdade de agronomia”. Em relação a esta integrante, ela é a primeira geração da família dela que tem condições de só estudar.

Integrante 2: A mãe é de Sertãozinho da Paraíba, ajudava os pais na roça, com o gado e em casa. Como ela morava na roça e era longe da escola, só foi estudar quando teve escola mais perto e fez até o 2º ano do ensino médio com 24 anos. Depois ela veio para o Rio de Janeiro e a filha a incentivou a voltar a estudar. Ela voltou a estudar na EJA e a filha a está ajudando nos estudos. A sua mãe quer fazer faculdade de estética. O pai, com 44 anos, é de Minas Gerais e teve que trabalhar e interromper os estudos. Ele só completou o ensino médio depois de adulto, com 37 anos.

Integrante 3: “Minha mãe se formou no primeiro grau em escola pública, depois foi para o SESC, onde estudou um ano e meio, daí ela foi pra escola estadual da Pavuna, onde estudava e trabalhava. O detalhe é que ela trabalha desde os 13 anos. O médio ela não completou, e está estudando atualmente. Só não está conseguindo acompanhar as aulas por conta do trabalho, mas está matriculada no CEJA. Ela quer se formar em administração. Meu pai completou o fundamental e o médio.” A integrante declarou seu sonho de ser designer gráfico e profissional de Letras. Ela gosta de escrever e o livro que gostou muito de ler foi “O Pequeno Príncipe”.

Integrante 4: Respondeu às perguntas do questionário:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

Sim.

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

Meu pai tem trabalho com renda para a família e em casa ele faz algumas coisas. O que ele não faz, eu e meus irmãos dividimos e fazemos.

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

Meu pai trabalha desde os 14 anos. Ele trabalhava na roça. Minha mãe também já trabalhou na roça quando criança e de doméstica, e até hoje faz isso, se não me engano. Meu irmão mais velho começou a trabalhar com 12 ou 13 anos na feira, depois virou técnico em informática. Minha irmã mais velha também trabalha e meu irmão do meio trabalhou desde os 14 anos, deu uma parada e voltou recentemente vendendo instrumentos de tecnologia. Eu trabalhei de 11 a 13 anos, vendia balas com meus amigos, mas não era trabalho pesado. Aos 16 anos trabalhei na feira, mas saí porque não estava conseguindo ir à aula. Meus pais, avós e tios, todos trabalharam na infância/adolescência.

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê? Quero terminar os estudos e servir o exército, mas se eu não servir, quero fazer faculdade para ter mais opções.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

Não conheço ninguém que queira que tenha a profissão que quero, mas acho que são bem esforçados.

6- Vocês, em família, já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Já conversei e foi uma conversa ótima.

Integrante 5: Respondeu às perguntas do questionário:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

Sim, eu quero logo trabalhar para me mandar daqui.

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

Quem faz o trabalho doméstico da casa sou eu e a minha irmã.

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

Não sei te informar, e não tenho relações diretas com eles.

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê? Quero fazer cursos rápidos para me profissionalizar e me mandar, faculdade pretendo fazer de música para me tornar músico erudita.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

A vida de músico depende de performances ao vivo na maioria das vezes, não vejo problema nisso, sou bom em lidar com o público.

6- Vocês, em família, já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Não, só sabem me cobrar para eu fazer logo uma faculdade que eu não quero fazer.

Integrante 6: Respondeu às perguntas do questionário:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

Sim, alguns amigos meus e eu e meu irmão também.

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

Eu mesmo.

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

Eu não sei direito sobre o passado da minha família, mas acho que minha avó e meu avô maternos tiveram que trabalhar cedo sim e meus tios também.

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê?

Sim. Sou uma pessoa que sempre está em busca de novas informações e bastante conhecimento. Assim, posso conseguir um bom trabalho e conseguir me estabilizar. Além disso, vou poder ajudar minha família, principalmente meus irmãos e minha mãe.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

Quero servir as forças armadas do Brasil e conheço que trabalha nessa profissão.

6- Vocês, em família, já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Já cheguei a comentar com minhas irmãs, elas me deram algumas ideias e opiniões.

Integrante 7: Respondeu às perguntas do questionário:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

R: Sim, Meu primo de 14 anos

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

R: Eu e minha irmãs pois meus pais trabalham

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

R: Bom, meus avós maternos sempre foram muito bem resolvido com a questão dos filhos trabalharem, pois eles sabiam que se os filhos não estudassem eles não iriam pra lugar nenhum, Já os meus avós paternos colocaram seus filhos pra trabalhar na barraca que eles vendiam legumes, etc, pois era o único meio de sustento da família, por isso meu pai parou de estudar na 4a série, já minha mãe completou o fundamental e o ensino médio.

Meus pais, avós, tios, trabalharam na infância e adolescência

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê?

R: Sim, Pra mim ter condições melhores que eu e minha família temos hoje, Quero muito fazer faculdade de Medicina, na área de cirurgia, ou Administração, ou informática.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

R: Bom na medicina acho que eles são bastantes Frios e centrados, já na administração acho que são pessoas que se acham muito, pois a maioria que vemos em filmes são ricos e empresários. Não conheço ninguém que tenha essas profissões.

6- Vocês na família já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

R: Sim, pelo meu pai ter trabalhado na infância e não ter estudado, ele sempre falou para nós estudarmos para alcançar nossos objetivos e sonhos, ele e minha mãe sempre conversam

conosco sobre isso, e sempre é um aprendizado.

Integrante 8: Respondeu às perguntas do questionário:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

Conheço sim, alguns dos nossos colegas da equipe são exemplos.

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

Minha mãe.

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

Minha mãe terminou o ensino médio, mas não cursou faculdade por conta dos filhos. Meu pai não completou o ensino fundamental, pois começou a trabalhar para comprar as coisas dele quando adolescente e um pouco mais velho por conta dos filhos.

Sobre meus avós eu não sei muito, mas sei que eles não foram muito longe nos estudos. Meus avôs começaram a trabalhar ainda crianças, minhas avós eu não sei, mas me lembro que minha avó paterna começou a estudar para se alfabetizar. Na minha casa, eu me tornei a terceira a entrar na faculdade e a quarta entre os parentes.

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê?

Sim, pretendo fazer faculdade e continuar realizando curso, pois assim vou me qualificar para o mercado de trabalho e poder ter um bom emprego, e obter conhecimentos que ninguém poderá tirar de mim.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

Imagino que a maioria sejam ótimas pessoas, como exemplo tem meu professor do curso de informática - Roberto Magno - que é muito gente boa.

6- Vocês na família já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Sim, foi ótimo.

Integrante 9: Realizou a pesquisa por relato oral aqui transcrito:

1- Conhece crianças e adolescentes que precisam trabalhar?

Sim, alguns amigos meus e eu.

2- Quem ajuda em casa com trabalho doméstico ou com trabalho que gera renda?

Eu e minha mãe.

3- Qual a história da sua família em relação ao trabalho na infância e adolescência? Os pais, avós, tios, trabalharam na infância/ adolescência?

Minha mãe e minha avó tiveram que trabalhar desde cedo.

4- Você deseja seguir os estudos, fazer outros cursos, ir para a faculdade? Por quê? Para quê?
Sim, tenho vontade de trabalhar na área de administração ou tecnologia, porque quero melhorar minha vida e a vida da minha família.

5- Como imagina que sejam esses profissionais destas profissões? Conhece alguém que tenha essa profissão?

Gostaria de conhecer melhor pessoas que exercem essas profissões. Só tive alguma visão sobre essas profissões através do trabalho na equipe.

6- Vocês, em família, já tiveram alguma conversa sobre os sonhos profissionais e as possibilidades de realizar estes sonhos? Como foi?

Comentei com a minha mãe, que me incentivou, mas ela não entende muito bem sobre o que estou falando.